

EVENTOS

As privatizações de estatais prestadoras de serviços públicos e seus aspectos constitucionais.

Qual a Reforma Administrativa que o Brasil precisa?

82º Fórum Nacional de Secretarias Municipais de Administração das Capitais - Quais os caminhos para a modernização do setor público?

Inauguração do novo prédio da FGV Direito SP

INICIATIVAS APOIADAS PELO GRUPO PÚBLICO

Confira aqui as iniciativas apoiadas pelo Grupo Público



No último dia 24, a Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA) reuniu-se para a apresentação do relatório preliminar referente a uma série de projetos de lei que tratam do uso da IA no país. O presidente da Comissão é o senador Carlos Viana (Podemos-MG) e o relator é o senador Eduardo Gomes (PL-TO). Desde agosto de 2023, a comissão examina projetos relacionados ao tema, como o PL 5.051/2019, que estabelece princípios para o uso da Inteligência Artificial no Brasil, e o PL 2.338/2023, que regulamenta o uso da IA.

Este último, devido à sua afinidade temática com os objetivos do Grupo Público, recebeu considerações relativas à sua estruturação e funcionamento, com vistas à importância de um arranjo regulatório que possibilite um enforcement efetivo. (Fonte: Agência Senado)



Fonte: Google Arts & Culture

Nos dias 9 e 10 de maio de 2024, São Paulo sediou o 82º Fórum Nacional de Secretarias Municipais de Administração das Capitais. O evento reuniu profissionais da administração e gestão das capitais do país, oferecendo uma programação rica em palestras e debates que abordaram profundamente questões cruciais da área, além de promover discussões altamente enriquecedoras entre os participantes.

A palestra de abertura, conduzida pela Professora Vera Monteiro, da FGV Direito SP, foi um dos destaques no evento. Mestre e doutora em Direito Administrativo e integrante do Grupo Público, a Professora Vera detalhou dez aspectos de extrema relevância para a modernização do serviço público municipal. Sua análise teve como pilares a legalidade, equidade, modernização, humanização, diretrizes operacionais e estratégicas bem definidas, amplamente discutidas visando a equalização dos impactos de suas implementações e dos resultados produzidos. Ela destacou, de forma didática, os desafios inerentes aos processos necessários para definir e estabelecer metas reais de governança, com o menor impacto possível e resultados democraticamente viáveis do ponto de vista estratégico, orçamentário e legal (Fonte: Secretaria Executiva).



COLUNA FUNÇÃO PÚBLICA

Onde foi parar o professor efetivo no ensino público?
Anna Carolina Migueis Pereira | 29/04/2024

PEC dos Quinquênios: 'pauta-bomba' para o funcionalismo público?

Camila Castro Neves | 13/05/2024

COLUNA CONTROLE PÚBLICO

O TCU pode salvar o Brasil do retorno dos quinquênios?

Mariana Vilella | 24/04/2024

As pazes do TCU com o BNDES: o que os recentes julgamentos têm a nos revelar?

Diogo Uehbe | 08/05/2024

Desafios do TCU na chancela a soluções consensuais disruptivas

Vários autores | 02/05/2024

Soluções consensuais: o papel do TCU na definição do que deve ser negociado

Mariana Carvalho e Vitória Damasceno | 15/05/2024

COLUNA PUBLICISTAS

Repensando o mandado de segurança
Egon Bockmann Moreira | 23/04/2024

A proibição de celulares nas escolas
Mariana Mota Prado | 07/05/2024

Desoneração da folha e ativismo à brasileira
Gustavo Binenbojm | 30/04/2024

As indústrias de redes na encruzilhada regulatória
Floriano de Azevedo Marques Neto | 14/05/2024

PARTICIPAÇÕES

Com o objetivo de modernizar o serviço público, o Ministro Chefe da AGU, Jorge Messias, e a Ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, instalaram uma comissão de especialistas coordenada pela Secretária-Geral da AGU, Clarice Calixto. A comissão concentrará seus esforços na revisão do Decreto-Lei 200/67, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, visando sua adequação à Constituição Federal e à modernização do serviço público. Entre os integrantes do grupo, destaca-se a Professora Vera Monteiro, especialista em Direito Administrativo e integrante do Grupo Público. (Fonte: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos).

Foi publicada em maio de 2024 a edição intitulada "Supremocracia Desafiada" na Revista de Estudos Institucionais. Esta edição conta com um artigo do Professor André Rosilho, da FGV Direito SP, Coordenador do Observatório do TCU e integrante do Grupo Público, em conjunto com o Professor Eduardo Jordão, da FGV Direito Rio. A contribuição, intitulada "TCU e a Jurisprudência do STF: o Controle de Contas em Fuga?", propõe-se a analisar o complexo e nuançado diálogo entre a jurisprudência do TCU e do STF. Para acessar o conteúdo completo, clique aqui.

No dia 24 de abril de 2024, o Professor Carlos Ari Sunfeld concedeu uma entrevista a Roberto Maltchik, do Jota, na qual comentou sobre a PEC do Quinquênio. Durante a entrevista, Sunfeld abordou tanto o impacto fiscal da proposta quanto a inviabilização da lógica racional da remuneração no serviço público. Acesse o conteúdo completo neste link.